

**PROCESSO** - A. I. N.º 120208.0010/03-7  
**RECORRENTE** - RIVIERA AUTO PEÇAS LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JJF nº 0494-04/03  
**ORIGEM** - INFRAZ BONOCÔ  
**INTERNET** - 09.03.04

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0019-12/04

**EMENTA:** ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração comprovada. Indeferido o pedido de diligência. Irretocável a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra Decisão da 4ª Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado Procedente o Auto de Infração referenciado, exigindo pagamento de imposto, no valor de R\$11.807,64, decorrente de recolhimento a menos do ICMS, na condição de Empresa de Pequeno Porte, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do Imposto (SIMBAHIA).

A Junta de Julgamento Fiscal, inicialmente, indeferiu o pedido de realização de diligência solicitado pelo contribuinte, por considerar suficiente para formação da convicção dos julgadores os elementos contidos nos autos.

Considerou que o autuado alegou que fora enquadrado como microempresa e que não recebera qualquer comunicado informando-o da impossibilidade daquele enquadramento, porém não apresentou prova de sua alegação, precluindo o direito de fazê-lo em outro momento processual.

Constatou, no entanto, que as provas materiais acostadas aos autos pelo auditor, comprovam que efetivamente o autuado estava enquadrado como Empresa de Pequeno Porte desde 31/12/98 e que foi intimado para se manifestar sobre este novo documento acostado pelo auditor em sua manifestação fiscal, porém silenciou.

Assim, entendeu correto o levantamento e deu pela Procedência do Auto de Infração.

O recorrente interpôs Recurso Voluntário inicialmente destacando que não há que se falar em preclusão em matéria probatória, pela garantia constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

Alegou que a Decisão recorrida não buscou a verdade material, sendo necessária, para a correta aplicação da justiça, a realização de diligência por fiscal estranho ao feito, para dirimir qualquer dúvida quanto ao relatório da DMA de 1998, de valor divergente daquele reconhecido pelo contribuinte.

Aduziu que o Fisco Estadual enviou às empresas correspondência para reenquadramento no SIMBAHIA, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sendo necessário apenas ligar para o número 0800 71 1955, digitar uma senha e um número que identificaria a empresa. Assim o fez, optando pelo enquadramento como Microempresa, com base na sua receita bruta do ano anterior, 1998.

Disse que a partir daí, estando com suas obrigações fiscais regulares passou a efetuar os seus recolhimentos com base nas normas do SIMBAHIA, na condição de microempresa e que a INFAZ BONOCÔ, responsável pela fiscalização do autuado, em nenhum momento informou sobre a existência de qualquer pendência ou obstáculo que pudesse impedir o seu enquadramento naquela categoria.

Salientou, ainda, que a presunção da regularidade de seu enquadramento sequer foi elidida pela própria Secretaria da Fazenda Estadual que emitiu a seu favor Certidão Negativa de Débito, bem como, autorizou o fornecimento de talões de notas fiscais, onde restava claramente consignado que a empresa apresentava porte econômico de microempresa.

E, portanto, se equívoco houve, foi causado pela administração que utilizou um procedimento falho (contato telefônico) e ao observar a alegada divergência na receita bruta do contribuinte não se manifestou ou interpelou o contribuinte para esclarecer eventual dúvida ou divergência, tendo, simplesmente, silenciado.

Conclui que o Auto de Infração é improcedente, resultado de equívoco da própria administração que considerou o contribuinte como enquadrado no regime Normal de apuração e recolhimento do ICMS, quando o correto seria, como efetivamente faz jus, enquadrá-lo no regime do SIMBAHIA.

A Procuradoria Fiscal, em Parecer lavrado pela Dra. Maria Olívia Teixeira de Almeida, aponta que a questão posta cinge-se ao fato de que o recorrente recolheu o imposto na condição de Microempresa quando deveria ter recolhido como Empresa de Pequeno Porte e que a autuação tem por base a DMA de 1998, apresentada pelo próprio contribuinte, com receita bruta ajustada superior ao valor limite previsto no art. 384-A, I, do Decreto nº 7729, Alteração 15.

Salientou que o contribuinte teve três oportunidades para demonstrar que as informações contidas na referida DMA estavam incorretas, deixando, da mesma forma, de fazer a prova contrária à autuação no momento do recurso ora em apreço.

E por estar perfeitamente configurada a infração, opina pelo Improvimento do Recurso Voluntário.

## VOTO

Preliminarmente julgo desnecessária e indefiro a diligência solicitada pelo recorrente, já indeferida pelo Ilustre relator da Decisão recorrida, por igualmente constatar presentes nos autos os elementos necessários para a instrução do processo.

No mérito verifico que caberia ao recorrente, conforme aponta o Parecer da Douta Procuradora, carrear aos autos provas de que as informações contidas na DMA apresentada pelo autuante estavam incorretas e, vale destacar, teve três oportunidades processuais para apresentá-las.

Assim, como não conseguiu elidir a acusação, esta resta perfeitamente configurada e a Decisão recorrida não cabe nenhum retoque.

Por outro lado, atribuir culpa às facilidades de reenquadramento disponibilizadas pelo Fisco Estadual é, no mínimo, lamentável. Tudo que for feito para facilitar, desburocratizar e agilizar a relação do contribuinte com o Estado é louvável, e deve ser reconhecido como um avanço importante na cidadania e para o desenvolvimento das atividades empresariais formais da economia.

Pelo exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso apresentado.

#### **RESOLUÇÃO**

**ACORDAM** os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 120208.0010/03-7, lavrado **RIVIERA AUTO PEÇAS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.807,64**, atualizado monetariamente, acrescido da multa 50%, prevista no art. 42, I, “b”, item 3 da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de fevereiro de 2004.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ ANTÔNIO MARQUES RIBEIR – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS